



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 218

Correição Ordinária - Corregedoria

Nº CNJ : 0100022-73.2020.4.02.0000 (2020.00.00.100022-8)

RELATOR : Desembargador Federal LUIZ PAULO DA SILVA ARAUJO FILHO

CORRIGENTE : EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO
FILHO - CORREGEDOR REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CORRIGIDO : JUÍZO DA 6ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - RJ

ORIGEM : ()

DECISÃO

A Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região realizou Correição Ordinária Judicial virtual na 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro no período de 01 a 05/06/2020, em cumprimento aos artigos 6º, III, da Lei nº 11.798/2008 c/c 1º a 13 da Resolução nº 496/2006 do Conselho da Justiça Federal (CJF); artigo 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (RITRF2); artigos 45 e seguintes da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e Portarias nº TRF2-PTC-2019/00338, com as alterações dadas pela Portaria nº TRF2-PTC-2020/00099, e nº TRF2-PTC-2020/00190 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Da realização da correição ordinária foram comunicados o Ministério Público Federal (TRF2-OFI-2020/04566 e TRF2-OFI-2020/05861), a Advocacia Geral da União da Segunda Região (TRF2-OFI-2020/04565 e TRF2-OFI-2020/05860), a Defensoria Pública da União (TRF2-OFI-2020/04563 e TRF2-OFI-2020/05856), a Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional - 2ª Região (TRF2-OFI-2020/04559 e TRF2-OFI-2020/05855), a Ordem dos Advogados do Brasil (TRF2-OFI-2020/04564 e TRF2-OFI-2020/05858) e a Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais (TRF2-OFI-2020/04558 e TRF2-OFI-2020/05852), conforme o estabelecido nas Portarias nº TRF2-PTC-2020/00099 e nº TRF2-PTC-2020/00178 da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Segundo a Portaria PRRJ Nº 404, de 21 de maio de 2020, o Procurador da República Dr. Antonio do Passo Cabral foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que tenha apresentado qualquer pedido, crítica ou sugestão. Não houve designação de representantes da AGU, DPU, PFN, OAB ou da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais.

Quanto às providências para correição, cumpre salientar que o questionário pré-correição foi encaminhado pelo juízo no prazo assinalado por esta Corregedoria, com respostas satisfatórias aos pontos questionados. Além disso, o relatório foi elaborado com base nos trabalhos presenciais e nos mapas estatísticos necessários, extraídos dos sistemas de acompanhamento processual da Justiça Federal (Apolo e e-Proc), do Painel de Indicadores e do Portal de Estatísticas da 2ª Região pelos servidores da Corregedoria, antes, durante e, complementarmente, depois da semana da correição e permitem o resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado, conforme abaixo:

Acervo	Correição / 2018	Abril / 2019	Correição / 2020
Ativos	3.523	4.307	4.306
Suspensos	596	652	733
Total	4.119	4.959	5.039

Fonte: Relatório da correição/2018, Portal de estatísticas e Painel de Indicadores.

Na Correição anterior, realizada de 26/02 a 02/03/2018, o Conselho de Administração deste Tribunal (processo nº 0100406-07.2018.4.02.0000) referendou a decisão que concluiu pela regularidade da



6ª Vara Federal do Rio de Janeiro/RJ, formulando as recomendações a seguir:

- Primeira recomendação: “Cumprir o art. 4º da Resolução TRF2-RSP-2018/00019, observando as seguintes orientações:

a) proceder à redistribuição dos feitos aos novos Juízos competentes, nos termos previstos no art.4º, caput, daquela Resolução, que também contempla os processos em tramitação perante as instâncias superiores, os quais, inicialmente redistribuídos apenas pelo sistema, deverão ser remetidos ao novo Juízo imediatamente após seu retorno.

b) proceder à redistribuição dos processos conclusos para sentença na data de publicação da Resolução após eventual conversão do julgamento em diligência;

c) proceder à redistribuição dos processos sentenciados após o esgotamento dos prazos recursais, ou retorno dos autos da segunda Instância, ou instância superior, se houver necessidade de cumprimento de sentença. Não haverá redistribuição se a hipótese for de mero arquivamento dos autos.

d) remeter para redistribuição também os autos de ação de improbidade conclusos para sentença ao longo dos 90 dias de *vacatio*, observadas as ressalvas feitas no item anterior”.

- Segunda recomendação: “priorizar a prolação de sentença na Ação Cautelar nº 0059690-35.1993.4.02.5101 aguardando julgamento há mais de 180 dias (art. 227, CNCR) – item 5.3”.

- Terceira recomendação: “adotar estratégias de trabalho para conter o aumento da quantidade processos aguardando ato judicial (despachos, decisões e sentenças) além dos prazos previstos no art. 227, CNCR (item 5.3)”.

- Quarta recomendação: “perseverar na triagem dos processos com pendência de atos operacionais, enviando-os ao NAO-3 para efetivação das ordens judiciais, elogiando-se o ritmo de redução do acervo pendente de atividades operacionais além do prazo previsto no art. 228, CNCR: de 1.478 para 494 processos paralisados (67% do acervo) em 30 dias (entre 02/4/18 e 02/5/2018)”.

- Quinta recomendação: “nada obstante a implantação do NAO-3, a unidade deverá zelar pela redução do tempo de publicação de atos judiciais do Juízo, de 27 para, no máximo, 10 dias contados da data da disponibilização do ato à Secretaria (art. 181, CNCR)”.

- Sexta recomendação: “estabelecer rotinas na Secretaria para anotação precisa do início do cumprimento do julgado no sistema de acompanhamento processual.”.

As recomendações foram comunicadas à unidade jurisdicional por meio do Ofício nº TRF2-OFI-2018/11094, de 06/06/2018, respondidas pelo Juízo por meio do Ofício nº JFRJ-OFI-2018/04712, de 05/07/2018, e consideradas cumpridas, sendo o processo nº 0100406-07.2018.4.02.0000 baixado em 18/09/2018.

Avaliando os dados da correição anterior, as informações prestadas no questionário pré-correição e as coletadas nos sistemas informatizados da Justiça Federal da 2ª Região, somadas à verificação *in loco* das instalações, rotinas e procedimentos executados na unidade, a equipe de correição redigiu o relatório que subsidia esta decisão.

Da análise dos dados coletados, **conclui-se pela regularidade do juízo correccionado**, recomendando-se, nada obstante, o seguinte:



- 1) Dar andamento/julgar os processos pendentes das Metas 2, 4 e 6 do CNJ para 2019, priorizando os processos analisados no item 4.2.
- 2) Incrementar a estratégia de gestão e rotinas de trabalho, tomando as cautelas necessárias ao cumprimento das Metas do CNJ para 2020 (item 4.1).
- 3) Dar andamento/julgar os processos analisados no item 5, priorizando os processos nºs 0145057-84.2017.4.02.5101, 0011662-84.2003.4.02.5101, 0001799-60.2010.4.02.5101, e verificando se subsiste motivo para suspensão nos processos nos 0021973-27.2009.4.02.5101, 0013857-51.2017.4.02.5101 e 0008590-79.2009.4.02.5101.
- 4) Proferir despacho, decisão ou sentença nos processos com conclusão vencida, atentando para aqueles verificados no item 9.2.
- 5) Dar andamento a todos os processos sem movimentação pela Secretaria há mais de 60 dias, justificando a eventual impossibilidade de fazê-lo (9.3).
- 6) Verificar se é hipótese de segredo de justiça nos processos 5027402-69.2018.4.02.5101, 5024284-51.2019.4.02.5101, 5028304-85.2019.4.02.5101 e 5080175-57.2019.4.02.5101, indicados no item 10.
- 7) Regularizar as diligências em aberto (item 12.4) e a situação dos processos com prazo de remessa externa vencido (item 12.7), considerando o prazo de cumprimento previsto na CNCR (art. 315), bem como o disposto nas Portarias nº JFRJ-PGD-2020/00008, JFRJ-PGD-2020/00010, JFRJ-PGD-2020/00011, JFRJ-PGD-2020/00016 e JFRJ-PGD-2020/00019 e na Resolução nº TRF2-RSP-2020/00012, de 26 de março de 2020, alterada pela Resolução nº TRF2-RSP-2020/00017, de 07 de maio de 2020 (item 12.7).
- 8) Regularizar o acautelamento de materiais, conforme o disposto no art. 181 da CNCR c/c o art. 1º da Resolução CJF nº 428/05 e Ofício Circular nº TRF2-OCI-2019/00079 (Item 13.1).

Reitera-se, por oportuno, que foi instituído Grupo Especial de Auxílio – GEA com a finalidade de proferir sentenças em processos conclusos além do prazo legal do acervo do 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro para atuar nos períodos de janeiro a março de 2019, de abril a maio de 2019, abril de 2020 e julho de 2020 (Portarias nºs TRF2-PTC-2018/00555 de 06 de dezembro de 2018, TRF2-PTC-2019/00092 de 27 de fevereiro de 2019, TRF2-PTC-2020/00152 de 31 de março de 2020 e TRF2-PTC-2020/00240 de 26 de maio de 2020).

Do exposto, submeto o relatório da equipe de correição com estas recomendações a exame do Conselho de Administração.

Após, encaminhem-se cópias do relatório e da presente decisão aos Magistrados responsáveis pelo órgão correccionado para que, em 30 (trinta) dias, informem as providências adotadas para cumprimento das recomendações listadas.

Nos termos do artigo 4º, III, da Resolução nº 49/2009 do Conselho da Justiça Federal, encaminhem-se igualmente cópias do relatório e desta decisão ao Corregedor-Geral da Justiça Federal.

Recebidas as informações do Juízo correccionado, com o devido cumprimento das recomendações, e nada mais havendo, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.

Por fim, disponibilize-se o relatório e esta decisão no sítio eletrônico desta Corregedoria.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TRF2
Fls 221

Rio de Janeiro, 06 de julho de 2020.

LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO
Corregedor Regional da Justiça Federal da 2ª Região